

DATAS EM QUESTÃO. PROBLEMAS DE TRÊS EPÍGRAFES FUNERÁRIAS DE VILAR DE FRADES.

Francisco G. C. Líbano Monteiro Faure

Arqueólogo / Câmara Municipal de Guimarães.

francisco.faure@cm-guimaraes.pt

ABSTRACT

After a comparison of the dates engraved on some flagstones from the church of the Monastery of S. Salvador de Vilar de Frades (Barcelos, Portugal) with the known dates of death of the persons that should be buried in such graves, it is possible to verify an inconsistency between each pair of dates. In this paper we try to understand this inconsistency advancing the hypothesis that this particular kind of tumular inscriptions served more as a way to identify the ownership of the grave than to identify the persons buried in there.

Keywords: Funerary epigraphy, Modern Era, Vilar de Frades.

RESUMO

Após uma comparação das datas gravadas nalgumas tampas de sepultura da igreja do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades (Barcelos, Portugal) com as datas de morte conhecidas para as pessoas que deveriam estar aí sepultadas, é possível verificar uma inconsistência entre cada par de datas. Neste artigo tentaremos compreender esta inconsistência, avançando a hipótese de que este tipo particular de inscrições tumulares tem uma função destinada mais a identificar o proprietário da sepultura do que a identificar as pessoas aí sepultadas.

Palavras-chave: Epigrafia funerária, Época Moderna, Vilar de Frades.

1. INTRODUÇÃO

Não obstante as instâncias superiores da Igreja Católica terem proibido os enterramentos nos templos por diversas vezes (ARIÉS s.d.: pp. 60-66; TORRES 1990: p. 402; BARROCA 1987: pp. 16-18; ARAÚJO 1997: p. 362; BASTOS 1996), esta prática tornou-se mais do que comum, vindo a transformar-se numa regra para a maioria das comunidades católicas¹. Ao enterramento *ad sanctos*

¹ Pela sua importância no contexto regional deste estudo, devemos recordar aqui o Cânone 18 do Primeiro Concílio de Braga, do Séc. VI, onde se declara “ut corpora defunctorum nullo modo intra basilicam sanctorum speliantur” (conf. VIVES 1963: p. 75).

dos primeiros séculos do Cristianismo seguiu-se um enterramento *apud ecclesiam* que persistiu, pelo menos no caso português, até ao séc. XIX, quando a legislação liberal impôs o enterramento em novas áreas cemiteriais.

O facto de a hierarquia católica não ter sido capaz de impedir estes enterramentos *apud ecclesiam* está relacionado com diversas razões, das quais mencionaremos, aqui, apenas quatro. A primeira razão prende-se com a discussão entre as autoridades morais eclesiásticas sobre as vantagens e desvantagens desta prática. Como exemplo, podemos ver que se S. João Crisóstomo se opunha veementemente aos enterramentos dentro das áreas urbanas e igrejas (ARIÉS 1989: p. 26 e ARIÉS s.d., I: p. 42), Santo Agostinho, por seu lado, encarava a prática não como sendo má *per se*, apenas acreditando que para os defuntos não adviria um bem maior como consequência do seu local de sepultura (AGOSTINHO S. s.d.: p. 474). Uma segunda razão, apresentada por Mário Barroca (1987: p. 24), prendia-se com o facto de, para além da busca de protecção espiritual dada pelo solo sagrado, se procurar uma protecção física para as sepulturas que, frequentemente, eram violadas por ladrões à procura de bens com que os defuntos eram enterrados – uma prática que permaneceu, pelo menos, até aos séculos VII e VIII. Uma terceira importante razão está relacionada com a dificuldade das autoridades Católicas em mudar as tradições populares, o que obrigou os bispos e párcos a uma negociação entre a ortodoxia e a religiosidade popular. É por isso que, no séc. XVI, ainda encontramos legislação contra costumes como as *lamentações*, que tinham as suas origens na tradição romana (MATTOSO 1996a: p. 58; BASTOS 1996: p. 111-112). Finalmente, acreditamos que a ausência de uma legislação civil suportando a lei religiosa contribuiu para o facto de a voz da autoridade católica ter sido silenciada pela prática comum. Tal acontece, principalmente, porque as autoridades civis, assim como as religiosas, também desejavam ser enterradas dentro dos templos. De facto, mesmo com o seu forte braço judicial, não foi fácil para os legisladores liberais portugueses mudar a tradição dos enterramentos dentro das igrejas ou nos seus adros (CABRAL e FEIJÓ 1985; CATROGA 1991).

Em quase dois milénios de práticas funerárias cristãs encontramos uma enorme diversidade de costumes, diversidade essa que pode ser sentida desde uma perspectiva sincrónica e diacrónica. Diferenças sincrónicas vêem-se, por exemplo, não só no registo epigráfico mas também nos ritos. No caso dos epitáfios, por exemplo, a expressão *famulus dei*, típica de inscrições funerárias medievais, está ausente na região da Tarraconense (BARROCA 2000, I: p. 272). Ao nível dos rituais, por seu turno, vemos diferenças entre instituições distintas, como foi demonstrado por José Mattoso (1996c) para as cerimónias funerárias beneditina e cisterciense.

No que concerne à diversidade diacrónica, as inscrições funerárias são também um bom exemplo desse desenvolvimento. Os epitáfios paleocristãos diferem daqueles do período romano, por exemplo, pela introdução do elemento cronológico (BARROCA 2000, I: pp. 37-38) ou da passagem da utilização do sistema de *tria nomina* para a apresentação de apenas um nome (BARROCA 2000, I: pp. 278-289). No séc. VII, os epitáfios começam a desaparecer do registo arqueológico português (tal como as epígrafes em geral), dando origem a um período de anonimato dos sepulcros, período esse que corresponde às invasões islâmicas e ao início da Reconquista Cristã (BARROCA 1987: pp. 119-121 e 255-256; BARROCA 2000, I: pp. 264-265). A explicação deste período de anonimato sepulcral não pode recair, contudo, apenas em razões políticas e militares. De facto, ele corresponde também às visões da vida após a morte de então, anteriores a uma clarificação da doutrina do purgatório, quando a recordação individual dos defuntos após o primeiro aniversário não fazia parte da liturgia (BARROCA 2000, I: pp. 265-266; MATTOSO 1996a: p. 65). Foi só após o séc. XI que a epigrafia funerária, e em particular os epitáfios, reapareceu, uma demonstração da nova visão da vida após a morte, incrementada pela introdução da festa dos Fiéis

Defuntos por Odilon de Cluny (ARIÉS s.d., I: p. 188 e 255-256; MATTOSO 1996a: p. 66; MATTOSO 1996b: pp. 80-82; BARROCA 2000, I: p. 66).

A Idade Moderna virá introduzir novas mudanças, que se encontram directamente relacionadas com as necessidades reformadoras e contra-reformadoras que deram origem ao Concílio de Trento. À predominante preocupação com o juízo final patente na Idade Média, sucede-se agora a preocupação em viver de forma a preparar a morte (XAVIER 1991; ARIÉS s.d., I: p. 233). Ainda antes de Trento começam a promover-se os registos eclesiásticos, incluindo os assentos de óbitos, que o Concílio virá a tornar obrigatórios (MARQUES 2000: p. 532). Três sacramentos passam, agora, a estar intimamente relacionadas com o momento da morte: a Extrema-Unção, a Penitência e a Eucaristia. Ao pressentir a chegada do momento da morte, chama-se o sacerdote para confessar, dar a santa unção e comungar. E porque preparar a morte implica, também, cuidar das coisas terrenas, impulsiona-se a prática dos testamentos, de tal maneira que, nas palavras de Philippe Ariés, estes se constituem como “um acto *religioso*, apesar de não sacramental”².

A Idade Moderna trouxe consigo, ainda, novas formas de cenografar os momentos relacionados com a morte, incluindo-se aqui, por exemplo, as representações da “vanitas” e os catafalcos (ARAÚJO 1991: p. 53 e XAVIER 1991: p. 35), verdadeiras “lutuosas manifestações de opulência e piedade” que caracterizam a sociedade de corte (ARAÚJO 1991: p. 53). Contudo, se a tumulária moderna e as suas representações foram já frequentemente estudadas, o mesmo não se pode dizer da epigrafia. Não obstante alguns trabalhos recentes, como os de Maria Ramalho (1998 e 2001) sobre o Convento de S. Francisco de Santarém, o de Bernardo Sá Nogueira (2005) sobre a colecção epigráfica do Museu Arqueológico do Carmo, os de Filipa Gomes do Avellar sobre Santa Clara-a-Nova de Coimbra, Santa Maria Maior do Funchal (AVELLAR 2003 e 2003a) e a Sé de Silves, este último em colaboração com Miguel Côrte-Real (AVELLAR e CÔRTE-REAL 2005), ou o de José d’Encarnação acerca dos epitáfios da Sé da Guarda (ENCARNAÇÃO 2008), está por fazer uma abordagem mais profunda, à semelhança da já feita para a Idade Média por Mário Jorge Barroca (2000), que nos permita caracterizar melhor este período.

Em estudo anterior (FAURE 2012), tentámos compreender os tipos de sepultura existentes no mosteiro de Vilar de Frades, Barcelos (Fig. 1), desde a Idade Média até à Época Contemporânea, assim como os mecanismos que regulavam os enterramentos no referido mosteiro, principalmente entre os fins do Séc. XVI e os inícios do Séc. XIX. Para isso, em complemento ao registo arqueológico, explorámos os Livros de Óbitos da paróquia de Areias de Vilar, comparando as informações obtidas através destes dois tipos distintos de fontes.

Como resultado daquele estudo, conclui-se que, a partir do Séc. XVI, o mosteiro tinha quatro áreas diferentes de enterramento: o interior da igreja (Fig. 2A), a torre velha (Fig. 2B), o claustro (Fig. 2C) e o adro (Fig. 2D). O enterramento no interior da igreja era, ao contrário de outras paróquias, bastante restritivo e podemos encontrar aí, maioritariamente, os membros de quatro famílias: Vilas-Boas, Fernandes, Gaio Sá e Sousa. É nossa convicção, dado que se encontraram mais restos humanos dentro da igreja do que aqueles para os quais temos registo escrito, de que também alguns dos membros da comunidade religiosa que vivia no mosteiro deveriam ter aqui recebido sepultura³. A torre velha era o panteão da família Correia, da casa de Farelães (Barcelos) e, além das referências dos cronistas, apenas encontramos registo em Época Moderna de uma

² ARIÉS s.d., I, p. 233. O sublinhado é do autor. Ver, a este respeito, também, ARAÚJO 1997: p. 145.

³ Os livros de óbitos da paróquia de Areias de Vilar não mencionam o falecimento e local de enterramento dos membros da congregação, ainda que saibamos que alguns destes homens faleceram em Vilar de Frades por existir um livro onde os seus bens foram registados (A.D.B., F.M.C., L-27). Neste livro, abrangendo cerca de 50 anos (entre 1733 e 1781/83), é feita referência à morte de 77 membros da comunidade.

pessoa a ser aí enterrada⁴. O claustro era maioritariamente ocupado por leigos. No entanto, a sua ala este estava destinada ao enterramento de membros da comunidade⁵. O adro, por seu lado, estava dividido em três áreas distintas: a que se encontrava frente às escadas de acesso à igreja destinava-se a crianças, frequentemente denominadas como “anjinhos”, a área norte às pessoas de S. João de Areias e a área sul aos paroquianos de Santa Maria Madalena⁶.

Ainda que estas zonas vão mantendo, no que ao nível da tipologia da população diz respeito, as mesmas características de ocupação durante a Idade Moderna, há uma curiosa mudança de comportamento por volta de 1779/80. Se antes desta data a maioria da população era sepultada no adro, depois de 1780 o claustro passa a ser a zona preferencial de cemitério, recebendo todas as sepulturas já a partir de 1835. Este fenómeno deverá estar relacionado com o programa construtivo que os Lóios iniciam nesta altura, de cronologias finas ainda não totalmente compreensíveis, mas que terá levado a um aumento da área do claustro e, conseqüentemente, ao aumento da área útil de enterramentos. No que diz respeito aos enterramentos no interior da igreja, por seu turno, não possuímos quaisquer registos após 1777.

É exactamente dentro da igreja que encontramos cinco epígrafes funerárias inscritas nas tampas de algumas sepulturas. Estes elementos datam desde o fim do Séc. XVI até à primeira metade do Séc. XVIII. Antes deste período não há evidência de epígrafes funerárias e mesmo no que concerne à utilização de grandes tampas sepulcrais temos apenas quatro exemplos, fora da igreja, a norte, associadas a contextos do Séc. XV (LAÇO e BERNARDO 1999: p. 45). Nenhuma destas cinco epígrafes possui um programa decorativo extraordinário, sendo a sua simplicidade quebrada apenas por dois exemplares com moldura rebaixada, um deles apresentando os entalhes de encaixe das argolas usadas para levantar a tampa.

2. INSCRIÇÕES TUMULARES DE VILAR DE FRADES

2.1. D. Francisco de Santa Maria (Fig. 3,1 e Fig. 4)

No cruzeiro da igreja podemos encontrar uma grande pedra funerária pertencente a D. Francisco de Santa Maria, um proeminente membro da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, mais tarde Bispo de Fez. Nascido em Vila do Conde, dizem-nos as crónicas que D. Francisco entrou no mosteiro de Vilar de Frades no dia em que deveria celebrar os seus esponsais (SANTA MARIA 1697: p. 1002). Entre outras acções, foi responsável pela organização e edição das Constituições da Ordem, assim como pela reforma da Congregação de S. Jorge em Alga (Veneza), adquirindo, desta forma, relevância entre os seus confrades (SANTA MARIA 1697: p. 1003).

4 Trata-se de Belchior Correia de Lacerda que, tendo falecido em 24 de Agosto de 1569, foi a sepultar em Vilar de Frades. A título de curiosidade, referimos que o pároco diz que “por ser no tempo de verão fedia muito que não podião soportar o grande fedor” (A.D.B., R.P.B., S.P.M.F., nº 521, fl. 72. O sublinhado é original.). Abaixo deste registo, foi acrescentada uma nota indicando a morte da sua viúva, D. Isabel de Pina, que faleceu na Guarda em 1576. Agradecemos esta informação ao Sr. Pe. Dr. António Júlio Trigueiros, s.j.

5 Devido à presença de rocha a pouca profundidade, esta ala do mosteiro possuía uma área útil de enterramentos muito baixa e poucas pessoas aí terão sido sepultadas. É também por essa razão que acreditamos que alguns dos membros da congregação terão sido enterrados dentro da igreja. Nesta área particular do claustro, destinada aos membros da comunidade, foi enterrado um sacerdote jesuíta que faleceu em Vilar de Frades durante o período de supressão da ordem (FAURE 2012: pp. 186-187).

6 Desde o Séc. XI, este pequeno território estava dividido em três paróquias: S. João de Areias de Vilar, Sta. Maria Madalena de Vilar e S. Salvador de Vilar de Frades (COSTA 1997, II: p. 90-91). Ainda que os lugares de S. João de Areias e Santa Maria Madalena tivessem as suas próprias igrejas paroquiais, o mosteiro de Vilar de Frades era considerado, também ele próprio, como paróquia (COSTA 1997, I: p. 361). No entanto, em parte porque o mosteiro tinha o direito a nomear os párocos das outras duas paróquias, este ter-se-á constituído como uma espécie de *ecclesia mater* das três jurisdições eclesiásticas. Assim se justifica que na documentação por nós consultada sejam muito poucos os casos de enterramentos em S. João de Areias e em Santa Maria Madalena, demonstrando que a divisão paroquial era, de alguma forma, mais abstracta do que real.

A inscrição na tampa da sua sepultura está parcialmente coberta pelo altar-mor e, por isso, apenas podemos reconstruí-la com a ajuda de outros autores. Nesta lápide, com cerca de 2,00 m x 1,02 m, está escrito:

“AQUI IAS O CORPO DO BISPO D. Francisco, Frade nosso, FALECEU EM BRAGA AOS 6” / DE 7BRO DE / 1596

O nome de D. Francisco estaria apagado quando Teotónio da Fonseca (1987, II: p. 34) procedeu à leitura da inscrição e, por isso, utilizou pontos entre “Bispo” e “Faleceu”. Joaquim Alves Vinhas (1998: p. 109) e Sebastião Matos (2001: p. 119) escreveram no mesmo lugar o seu nome completo “Francisco de Santa Maria”. Preferimos, no entanto, seguir a leitura feita pelo cronista homónimo do Bispo de Fez, Pe. Francisco de Santa Maria (1697: p. 1005), que transcreve o epitáfio utilizando a expressão “D. Francisco, Frade nosso”.

Conhecemos o registo de óbito de D. Francisco, por se encontrar entre os assentos de óbitos de Areias de Vilar, e que diz:

“Aos seis dias do mes de setembro primejra sexta feira delle se falleçeo na Cidade de Braga o m.to R.do e Virtuoso Dom Fr.co de Sancta M^a Bispo de fes, onde o forão buscar os padres e enterrarão no Cruseiro desta Ig^a morreo com todos os sacram.tos e tam sanctam.te como sempre viveo.”⁷

Esta descrição corresponde às informações transmitidas por dois dos cronistas da ordem, Jorge de S. Paulo (conf. VINHAS 1998: p. 326) e Francisco de Santa Maria (1697: p. 1005). A decisão sobre o local onde o Bispo de Fez seria enterrado (dentro da igreja) terá sido tomada pelos membros da congregação, não por D. Francisco, que declara no seu testamento que o lugar da sua sepultura deveria ser definido pelo Padre Reitor e demais Padres do mosteiro⁸.

A família de D. Francisco de Santa Maria possuía uma importante relação com o Mosteiro de Vilar de Frades. Um seu tio, Miguel Fernandes, foi procurador da comunidade, ainda que não tenha deixado, segundo os cronistas, uma boa memória. Um irmão de D. Francisco, Gaspar da Assunção, era igualmente membro da congregação e uma sua irmã, Madalena Fernandes de Sá, casou com Heitor Gonçalves, também ele procurador do Mosteiro (cf. MAURÍCIO 2000, II: pp. 151-152). A relação entre as famílias Fernandes e Gaio resultará do casamento de um filho deste último casal, Gaspar Pereira, com Branca de Paz Gaio. Muitas destas pessoas acabaram por receber sepultura no Mosteiro de Vilar de Frades.

⁷ A.D.B., R.PB., A.V., nº 114, fl. 1v. D. Francisco de Santa Maria era um egresso da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista e, por essa razão, não pertencia juridicamente à ordem. O registo do seu enterro pode compreender-se pela ausência desta relação institucional, não descartando nós, contudo, o facto de os Lóios terem desejado registar um momento que parece ter tido um forte impacto para a vida do mosteiro.

⁸ A.D.B., F.M.C., L-14, fl. 293v.

2.2. Amaro Pimenta (Fig. 3,2, Fig. 5 e Fig. 6)

A seguinte inscrição é a de Amaro Pimenta e encontra-se quase ao eixo da nave da igreja, no lado do Evangelho, junto ao degrau que dá acesso ao cruzeiro. As dimensões da laje são de cerca de 1,78 m x 0,80 m e o campo da inscrição, no topo da peça, ocupa uma área de 0,58 m x 0,58 m. A sua leitura é a seguinte:

Sepultura DE AMARO PI/MENTA SUA MOIher / ERDEIROS / 1639

Nos livros de óbitos de Areias de Vilar encontramos o registo de um certo Amaro Pimenta, cognominado de “o Velho”, que acreditamos tratar-se desta pessoa. Diz:

“A sete de Julho de 648 Annos morreo Amaro pimenta o velho com todos os sacram.tos deu sua offerta aCustumada.”⁹

Amaro Pimenta era certamente homem de posses, já que o seu nome aparece em dois outros registos, os de António e Cristina, seus escravos, que faleceram em 1634 e 1638, respectivamente¹⁰. Seria o segundo marido de Maria Gaio de Sá (sobrinha de Branca de Paz Gaio, que já mencionámos acima), com quem terá casado após 6 de Abril de 1618, data de morte de Jácome Carneiro, primeiro marido desta senhora. Amaro Pimenta e Maria Gaio de Sá tiveram um filho com nome igual ao do pai mas, como este filho deverá ter nascido após 1618, não temos dúvidas em dizer que o registo de Amaro Pimenta “o Velho” corresponderá à morte do pai. Além do mais, o cognome “o Velho” pode ser consistente com o facto de esta pessoa ter um descendente com nome similar.

Esta sepultura foi escavada durante os trabalhos arqueológicos levados a cabo no Mosteiro de Vilar de Frades em 1999, apresentando os restos de um indivíduo do sexo masculino com cerca de 50 a 60 anos, enterrado num caixão forrado com tecido e decorado com tachas (LOPES 2000: pp. 47-48 e TAVARES 2000: p. 23 – Tabela 1). Não é possível dizer a quem corresponderia este corpo mas é certo que, antes deste enterramento encontrado em deposição primária, outros enterramentos terão aí sido levados a cabo, dado que ali apareceram outros restos humanos descontextualizados (LOPES 2000: pp. 47-48).

Esta é a primeira epígrafe na qual encontramos uma discrepância entre a data gravada e a data de morte da pessoa ali mencionada. Discutiremos esta questão mais tarde mas deveremos acrescentar aqui que, além do registo de morte de Amaro Pimenta “o Velho” e dos seus escravos, não encontramos o registo da sua mulher e filho nos Livros de Óbitos de Areias de Vilar, provavelmente porque faleceram ou foram enterrados em local incerto fora de Vilar de Frades¹¹.

2.3. D. Cristina da Gama Prado (Fig. 3,3 e Fig. 7)

O terceiro epitáfio pertence à sepultura de D. Cristina da Gama Prado e encontra-se no lado

9 A.D.B., R.PB., A.V., nº 114, fl. 41.

10 A.D.B., R.PB., A.V., nº 114, fl. 28 e 30.

11 Como se verá noutros casos citados, os assentos de óbitos de pessoas enterradas em Vilar de Frades mas não residentes na área da sua jurisdição directa encontram-se, não nos registos paroquiais de Areias de Vilar, mas nos das suas paróquias de residência. Dada a dificuldade de conhecer o percurso de vida de muitas destas pessoas, não podemos apresentar, sempre, informações concretas sobre a sua data de morte.

da Epístola do transepto, na capela construída a expensas de D. Teresa de Mendonça. A inscrição está parcialmente apagada e ao tempo deste estudo encontrava-se por baixo do órgão da igreja. Por essa razão, não foi possível analisá-la na sua totalidade e a nossa transcrição teve que ser feita com a ajuda das leituras anteriores levadas a cabo por Joaquim Alves Vinhas (1998: p. 109) e Teotónio da Fonseca (1987, II: p. 34). A tampa possui uma dimensão de 2,37 m x 0,93 m e, a cerca de 7,0 cm do limite, ainda é possível ver uma moldura formada por uma linha simples. O epitáfio diz:

SepulturA. DE DONA / CHRISTINA / DA GAMA / PRADO [MU]/LHER [QUE FOI] / DE [BELCHI]/
OR [RISCA]/DO DE [RO...]

D. Cristina era casada com Belchior Arriscado de Lacerda, fundador, em 1634, do morgadio do Barrio (FONSECA 1987, I: p. 353). D. Cristina terá falecido em 30 de Abril de 1667 e foi enterrada em Vilar de Frades, tal como podemos ler no seu registo de morte:

“Domna Christina da Guama faleceo o ultimo de Abril do anno de 1667 fez testamento foi sepultada no Convento de Vilar de Frades”¹²

Tanto quanto sabemos, não há relação directa entre D. Cristina da Gama Prado e a família Sousa, pelo que é um pouco estranho que esta senhora tenha sido sepultada na capela de D. Teresa de Mendonça. É, contudo, possível que, com a passagem do tempo, a família Sousa tenha perdido interesse no Mosteiro de Vilar de Frades e, ainda que os Lóios continuassem obrigados a rezar alguns ofícios e missas pela sua alma por toda a eternidade, o lugar de enterramento tenha deixado de ter importância real.

Finalmente, devemos fazer notar que, ainda que não saibamos a data de morte de Belchior Arriscado de Lacerda, encontramos a morte de duas senhoras desta família em 1668, D. Cristina da Gama e D. Luísa da Gama, respectivamente neta e filha de D. Cristina da Gama Prado. Foram, contudo, enterradas na capela da Casa do Barrio¹³ e não em Vilar de Frades. A razão pela qual apenas D. Cristina aqui foi enterrada está longe de ser explicada.

2.4. Diogo de Vilas-Boas e Caminha (Fig. 3,4 e Fig. 8)

Uma outra inscrição é a da sepultura de Diogo de Vilas-Boas e Caminha, na capela da família Vilas-Boas, também conhecida como Capela de Nossa Senhora da Anunciação. Esta capela está localizada na ala direita da igreja e a sua instituição deve-se a D. Isabel Anes Pizarro de Baltazar de Vilas-Boas, no ano de 1429. No centro da capela podemos ler a seguinte inscrição:

SepulturA DE DIOGO / DE VILLAS, BO/AS, CAMINHA / E SEVS, SUCE/SORES, DESTE /
MORGADO / 1645

Ao contrário das tampas de sepultura anteriores, houve um maior cuidado no trabalho desta

¹² A.D.B., R.PB., S.M.R., nº 648, fl. 117.

¹³ A.D.B., R.PB., S.M.R., nº 648, fl. 118.

peça. As suas dimensões são de 2,27 m x 0,93 m e o campo da inscrição tem cerca de 1,10 m de comprimento. A peça possui uma moldura rebaixada formando dois degraus com cerca de 1,0 cm de profundidade. Os caracteres da inscrição, por seu lado, tendem a ser biselados.

Diogo de Vilas-Boas e Caminha, o quarto sucessor nos direitos desta capela ligada à casa de Airó, foi casado com D. Ana de Carvalho Sampaio Coelho, de Guimarães¹⁴. Tinha sido almoxarife da Casa de Bragança e membro da Câmara de Barcelos, onde residia à data da sua morte. Fruto das funções exercidas ao serviço do Duque de Bragança, viveu em diferentes locais e faleceu em Airó em 1670. Conhecemos o seu registo de óbito que diz:

“Aos dias do mes de Outubro de seiscentos e settenta annos faleceo da vida presente Diogo de V.as Boas Caminha estava em huma sua quinta de Ayro, mas hera aqui freigues. Dizem que fes testam.to em que deixou se lhe fizessem pella alma tres officios geraes e des mil reis para missas está sepultado no Mostrº de Vilar de frades e por verdade me assino”¹⁵

Tal como acontece no caso de Amaro Pimenta, a data na inscrição da sepultura de Diogo de Vilas-Boas e Caminha não coincide com a data da sua morte, a qual sucede somente 25 anos mais tarde. Também para este caso, não sabemos onde terão sido enterrados a esposa de Diogo de Vilas-Boas e Caminha ou os seus filhos.

2.5. Manuel Lopes Loureiro (Fig. 3,5 e Fig. 9)

A última inscrição que mencionaremos aqui é a da sepultura de Manuel Lopes Loureiro. Está localizada em frente da Capela da Sagrada Família, no lado esquerdo da nave da igreja, em tempos conhecida como Capela das Onze Mil Virgens. A sua decoração é semelhante à da tampa de sepultura de Diogo de Vilas-Boas e Caminha, com moldura rebaixada. As dimensões são, contudo, menores, possuindo apenas 1,95 m x 0,66 m. No topo e base da tampa foi rebaixada a zona onde encaixavam as argolas de ferro usadas para levantá-la. O campo da inscrição tem 1,02 m x 0,42 m e possui caracteres biselados, permitindo a seguinte leitura:

SepulturA. DE MA/NOEL . LO/PES LOUREiro / DA FReGuesia DE / MOURE ParA / ELLE E SE/
US DESCE/NDENT./ES / 1762

Manuel Lopes Loureiro foi o fundador da Casa de Agrodel, na paróquia de Santa Maria de Moure, Barcelos (FONSECA 1987, II: p. 275). Não encontramos muito mais informações sobre esta pessoa, mas sabemos que faleceu a 2 de Outubro de 1780. O seu registo de óbito, feito na paróquia de Santa Maria de Moure, diz:

“Aos dous dias do mez de Outubro de mil e setecentos e oitenta falesceo da vida presente com o sacramento da extrema unção e o absolvi de sub conditione por não fallar nem dar sinal por causa de lhe dar hum estupor de que morreo <Manoel Lopes Loureiro>¹⁶ seu corpo foi involto em habito de Sam Francisco e sepultado dentro da Igreja desta freguesia aos quatro dias do mesmo

¹⁴ Ver, sobre esta família, TRIGUEIROS *et alii* (1998: p. 412) e CALDAS (1986: p. 166).

¹⁵ A.D.B., R.P.B., S.M.M.B., nº 190, fl. 60. O registo não informa o dia de falecimento.

¹⁶ Acima da linha.

mes e anno, e para Constar fiz este assento qui asigno, dia mez, e anno ut supra fez testamento. declaro que he Manoel Lopes Loureiro do Lugar de Agordel.”¹⁷

Tal como em dois dos casos anteriormente apresentados, Manuel Lopes Loureiro faleceu após a data lavrada na tampa da sua sepultura e, talvez mais surpreendentemente, não se encontra sepultado no Mosteiro de Vilar de Frades. De facto, os registos paroquiais de Santa Maria de Moure dizem-nos que três dos seus filhos menores, Manuel José, Domingas e Teresa, faleceram em 3 de Agosto de 1762, 12 de Fevereiro de 1765 e 19 de Janeiro de 1773 respectivamente, tendo sido sepultados na sua igreja paroquial. O mesmo destino final teve Maria Pereira, sua mulher, que faleceu em 6 de Maio de 1790 e foi sepultada na sua paróquia com os demais membros da família¹⁸.

Como última nota neste caso, devemos dizer que esta sepultura foi parcialmente escavada pela equipa de arqueologia que trabalhou no mosteiro em 1999, não tendo sido encontrados vestígios de indivíduos aí sepultados. No entanto, a escavação foi levada apenas até à profundidade exigida pela obra, pelo que não é possível dizer se a sepultura se encontrava, de facto, totalmente vazia (LOPES 1999: pp. 49-50).

3. INTERPRETAÇÃO

Das cinco inscrições funerárias existentes no Mosteiro de Vilar de Frades, três apresentam datas que não coincidem com aquelas da morte das pessoas aí mencionadas. Como vimos, a sepultura de Amaro Pimenta, mulher e herdeiros data de 1639 e, ainda que não tenhamos conseguido encontrar os locais de morte da sua mulher e filho, sabemos que Amaro Pimenta faleceu somente em 1648. No caso de Diogo de Vilas-Boas e Caminha, sabemos que morreu em 1670 ainda que a data da inscrição seja 1645. Também aqui não temos registo de cônjuge ou filhos serem enterrados em Vilar de Frades em 1645. Os livros de óbitos de Areias de Vilar não mencionam os seus pais, mulher e herdeiros e, ainda que tenhamos procurado os seus registos de óbito, não conseguimos encontrá-los. Finalmente, a tampa de sepultura de Manuel Lopes Loureiro, que como sabemos faleceu em 1780, apresenta a data de 1762. Uma vez mais, neste caso, não há registo de nenhum dos membros da sua família ter sido aqui sepultado.

Além da inconsistência de datas, estes epitáfios possuem, em comum, um formulário similar. Começa por “Sepultura de”, seguindo-se a identificação do proprietário da sepultura e outros que ali poderiam ser enterrados – mulher, filhos, herdeiros ou sucessores na casa – e termina com a indicação do ano, não com uma data completa particular formada por dia, mês e ano¹⁹. Se compararmos este formulário com aquele de D. Francisco de Santa Maria, as diferenças mais importantes estão, exactamente, no facto de o epitáfio do Bispo de Fez começar com a expressão “Aqui Jaz” e terminar com a data completa de morte²⁰.

Esta situação levanta diversas questões que pretendemos discutir, aqui, em três linhas. Na primeira, procuraremos saber até que ponto estamos perante um fenómeno particular ou se, pelo

17 A.D.B., R.P.B., S.M.M., nº 527, fl. 181.

18 Ver, para cada uma destas pessoas, respectivamente: A.D.B., R.P.B., S.M.M., nº 527, fl's. 166v, 169v-170, 175v e 192.

19 Infelizmente, as condições de preservação da tampa de sepultura de D. Cristina da Gama Prado, com a data apagada, não nos permitem incluí-la neste conjunto. Ainda que tendamos a acreditar tratar-se de um caso semelhante a estes, vemo-nos obrigados a excluí-la deste estudo.

20 No que diz respeito aos epitáfios medievais portugueses, sabemos que 50% apresentam a data completa e 27% apenas o ano (BARROCA 2000, I: p. 272).

contrário, podemos vê-lo replicado noutros lugares. A segunda linha, talvez a mais importante, é procurar compreender o significado destas inscrições. Finalmente, na terceira linha, eventualmente a questão mais difícil de responder, será tentar compreender a razão para cada uma destas datas em particular.

3.1. Paralelos para esta situação

Sem possuímos um *corpus* epigráfico publicado para a Época Moderna e tendo uma área tão vasta de estudo e uma cronologia tão larga, tentámos encontrar exemplos na literatura que nos permitissem servir de termo de comparação e ver se esta discrepância de datas poderia verificar-se noutros locais. Para isso, utilizámos os epitáfios transcritos por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (1992) nas suas “Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho”. Nessa obra, uma tentativa de estudo monográfico do Noroeste de Portugal datada de 1726, Craesbeeck apresenta diversas inscrições tumulares de igrejas do Norte de Portugal. Recolhemos aquelas que possuíam um formulário semelhante às inscrições de Vilar de Frades e tentámos encontrar as datas de morte das pessoas aí mencionadas. Porque não era possível uma pesquisa directa nos arquivos, usámos as datas apresentadas *online* pelo Grupo de Investigação em História das Populações do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, da Universidade do Minho (CITCEM-GHP)²¹.

Esta metodologia reduziu a nossa amostra a um pequeno número de epígrafes provenientes do concelho de Fafe e, por essa razão, vemo-nos obrigados a ter cautela em qualquer extrapolação. No entanto, permite-nos saber se esta discrepância de datas aparece noutros lugares do Noroeste de Portugal, a mesma área onde se encontra Vilar de Frades.

Começaremos com dois exemplos da paróquia de S. Gens. Craesbeeck (1992, II: p. 111) apresenta o desenho e a transcrição de duas epígrafes tumulares. A primeira é de João Rebelo Peixoto e diz:

SepulturA. DE. IOAM. / REBELLO. PEIXotO. / ANNO²². / 1680.

Após consulta à base de dados do CITCEM-GPH, chegámos à conclusão de que João Rebelo Peixoto faleceu a 21 de Maio de 1731 e, portanto, mais tarde do que a data presente na tampa de sepultura. Dos seus familiares, sabemos que o pai, Manuel Soares de Sousa Bettencourt, faleceu a 2 de Setembro de 1676 e que a mãe, Isabel Rebelo Peixoto, faleceu a 6 de Novembro de 1675.

Um segundo desenho e transcrição pertencem à tampa de sepultura de Francisco Álvares do Canto (CRAESBEECK 1992, II: p. 112). Nela está escrito:

SepulturaA. DE FRancisCO ALvareZ DO C/ANTO CAVALEIR/O FIDALGVO DA / CAZA. DE SVA. MAGES/TADE CAPITAM MOR / DE MONTE LONGVO / E SEVS ERDeirOS. 1626.

Pela base de dados do CITCEM-GPH ficamos a saber que Francisco Álvares do Canto faleceu em 1626, a 4 de Janeiro. Neste caso, as datas são coincidentes.

²¹ Consultar esta Base de Dados em <http://www.ghp.ics.uminho.pt/genealogias.html>.

²² “anno”, com caracteres minúsculos, no desenho apresentado por Craesbeeck.

Da paróquia de Santa Eulália, conseguimos cruzar os dados de vários exemplares. O primeiro caso é o das inscrições de duas tampas tumulares apresentando o nome de Domingos da Costa. Na primeira, dentro da igreja, lê-se:

“S(EPULTUR)A. DE. D(OMING)OS./DA COST/A. DE S(EUS). (H) R(D)E(IRO)S. 1675.”²³

A segunda inscrição, no exterior, diz:

“S(EPULTUR)A. DE. DO(MINGOS). DA / COSTA. E / (H)ERD(EIR)OS / 1612.”²⁴

Encontramos, na base de dados do CITCEM-GPH, o registo de morte de quatro pessoas chamadas Domingos da Costa na Paróquia de Santa Eulália, todas falecidas após 1685 e três indivíduos de nome Domingos Costa, com datas de óbito posteriores a 1714. Não podemos precisar a quem pertenceriam estas sepulturas mas, em qualquer dos casos, a data da inscrição é anterior à dos registos de óbito.

A terceira inscrição de Santa Eulália é a de Estêvão Nogueira, com a seguinte leitura:

“S(EPULTUR)A. DE. ES/TEVAM. / NOG(U)EI/RA. E SE/US. (H)ERDEI/OS. 1600.”²⁵

Estêvão Nogueira, sabemos pela base de dados do CITCEM-GPH, faleceu a 22 de Setembro de 1600, ano correspondente ao da inscrição.

Uma quarta inscrição corresponde a António Reimão, podendo ler-se:

“S(EPULTUR)A. DE. A/NT(ONI)O. RE/IMAÕ /1684. A(NOS).”²⁶

Da consulta à base de dados do CITCEM-GPH resulta um indivíduo chamado António Reimão, falecido em 3 de Dezembro de 1705. Uma sua filha, de nome Isabelinha, falece a 10 de Junho de 1684, data da inscrição.

A última inscrição que aqui trataremos é a de Pedro Fernandes Cortes e encontra-se na capela privada construída e instituída por este indivíduo e sua esposa em 1666, no lugar de Cortes, freguesia de Armil. A sepultura na capela possui a seguinte inscrição:

“S(EPULTUR)A. DE P(EDR)O / F(E)R(NANDE)Z CORTES / 1666.”²⁷

Pedro Fernandes Cortes faleceu, como se demonstra na base de dados do CITCEM-GPH, a 1 de Janeiro de 1667. Na torre sineira de capela, uma outra inscrição transcrita por Craesbeeck (1992, II: p. 121), diz:

23 CRAESBEECK 1992, II: p. 117. Craesbeeck omite o primeiro “e” na leitura de “herdeiros” e coloca um espaço em branco.

24 CRAESBEECK 1992, II: p. 118.

25 CRAESBEECK 1992, II: p. 117. Craesbeeck omite o segundo “r” na leitura de “herdeiros”.

26 CRAESBEECK 1992, II: p. 118.

27 CRAESBEECK 1992, II: p. 121.

Sepultura. Perpetua. Oremus / 1666 / Mandou. Fazer / Pedro. FeRnandez²⁸

O caso de Pedro Fernandes Cortes é interessante porque, ainda que ele tenha falecido pouco depois de ter mandado construir a sua capela privada, as datas presentes quer na sepultura quer na torre sineira correspondem à data de instituição da capela, não ao ano da sua morte. Conhecemos, da literatura, um caso similar proveniente de Infias (Braga), na capela da Casa de Vale de Flores (NÓBREGA 1972, I-II: pp. 423-426). Ainda que não tenhamos conseguido encontrar a data de falecimento de João Borges Pereira Pacheco, o fundador desta capela, a data de 1687 está presente quer na lápide sepulcral quer na inscrição comemorativa da instituição da capela.

Parece, portanto, pelos exemplos mostrados, que as datas presentes nos epitáfios não correspondem sempre à data de morte das pessoas aí mencionadas e que, por outro lado, o fenómeno está longe de se circunscrever a Vilar de Frades.

3.2. O significado destas inscrições

Se as datas nestas inscrições correspondem, como vimos, pelo menos algumas vezes, a momentos prévios à utilização da sepultura, o seu significado tem que ser encontrado para lá da simples perpetuação do nome de alguém já falecido ou dos seus familiares ali enterrados. Neste sentido, o formulário parece apresentar algumas pistas de carácter semântico que permitem melhor compreender a situação: nalguns casos, ao escrever-se “Sepultura de”, procurar-se-ia informar não propriamente o nome de quem ali estava sepultado mas, sobretudo, quem era o proprietário da sepultura, isto é, quem tinha obtido direitos sobre ela e quem tinha direito a ser ali sepultado. Parece, portanto, haver aqui uma distinção conceptual, no sentido em que não se olharia para estas inscrições entendendo apenas algo como “sepultura [onde está o corpo] de fulano” mas podendo entender-se, também, “sepultura [propriedade] de fulano”.²⁹ Nesta segunda hipótese de interpretação do texto epigráfico, o que se pretendia era que ficasse publicamente expresso qual o proprietário e pessoas que tinham o direito a ser ali sepultadas, assim como, eventualmente, a data em que esse direito havia sido adquirido ou tão só o ano em que a tampa foi gravada. Nesse sentido, se aplicássemos uma tipologia de inscrições semelhante à proposta para a epigrafia medieval por Encarnación Martín Lopes e Vicente García Lobo (2009: pp. 192-194 e 207-208), deveríamos incluí-las dentro do tipo *tituli proprietatis sepulturae*.

Tanto quanto sabemos, nem Amaro Pimenta nem Manuel Lopes Loureiro haviam herdado qualquer direito a ser sepultados na igreja de Vilar de Frades, contrariamente ao que sucedeu com Diogo de Vilas-Boas e Caminha. A colocação destas tampas marca, mais do que nada, a eventual instituição ou erecção dos seus panteões familiares, destinados a garantir o repouso final dos membros das suas famílias.

A fixação de um direito de propriedade não é tema de menor importância. É sabido que, para

²⁸ Seguimos o desenho feito por Craesbeeck e não a transcrição dada pelo autor, uma vez que esta parece apresentar erros, nomeadamente na colocação dos parêntesis e pontos.

²⁹ Em cemitérios de Época Contemporânea da Galiza, temos encontrado, com maior frequência do que nos portugueses, lápides sepulcrais que ostentam a expressão “Sepultura propiedad de...”. Em Portugal, contudo, parece que as fórmulas mais típicas são “Sepultura de...”, “Jazigo de...” ou “Jazigo da Família...”, omitindo a indicação expressa da propriedade tal como acontecia nos casos que ora estudamos de Época Moderna. Mas se tal informação se pode apenas subentender, pensamos não ser de menor importância o facto de a criação de novos espaços cemiteriais decorrente da legislação de 1834 ter vindo, de certa forma, democratizar a propriedade sobre jazigos e sepulturas familiares ou individuais. Ainda que carecendo de estudo mais profundo, acreditamos que tal situação deverá ter permitido uma menor rotatividade das sepulturas entre pessoas fora do mesmo quadro familiar e, concomitantemente, fomentado uma relação dos vivos com os defuntos e a sua sepultura durante um período de tempo mais alargado do que aquele experimentado em épocas anteriores.

além do número e tipo de Ofícios, Missas e sacerdotes que acompanhavam o funeral, também as sepulturas tinham o seu próprio custo. No entanto, ao contrário do que acontecia com os preços sobre os ritos, os usos e os costumes, claramente autorizados pela Igreja e frequentemente registados nos Livros de Óbitos, o custo da sepultura é muitas vezes desconhecido, já que a hierarquia proibia que se cobrasse pela sepultura (ARAÚJO 1997: p. 363). Ora, como foi constatado por Elisa Carvalho (2000: p. 20), a imposição de um preço sobre a sepultura era fundamental para uma melhor gestão da área cemiterial. Ao impor preços mais altos para determinadas zonas “mais apetecíveis”, como o poderiam ser, por exemplo, os altares dedicados a determinados santos, estava-se, de alguma forma, a evitar que essas zonas ficassem mais sobrecarregadas, permitindo uma melhor distribuição dos defuntos por toda a área destinada a sepultamento. Ainda que não conheçamos valores de sepultura para Vilar de Frades, Pedro de Vilas Boas Tavares apresenta dados para um outro templo dos Cónegos de S. João Evangelista – a matriz de S. Nicolau, em Santa Maria da Feira. Ali, e ainda que os preços pudessem ter algumas variações, uma cova vendida para um só defunto custava 400 reis, ao passo que uma cova para o defunto e seus herdeiros tinha o preço de 2000 reis (TAVARES 2008: p. 211). Também aqui devemos fazer nota às condicionantes de espaço, pois quantas mais sepulturas perpétuas ou para herdeiros estivessem contratadas, mais limitada era a área para sepultura dos restantes defuntos.

Desta forma, a aquisição de direitos perpétuos sobre uma determinada sepultura, e estamos convencidos de que algumas destas tampas correspondem a esta situação, potenciava, desde logo, três garantias. Em primeiro lugar, a proximidade de familiares; em segundo lugar, que ninguém não devidamente autorizado pelos seus proprietários fosse ali sepultado e, em terceiro lugar, diminuir custos com os funerais futuros.

A proximidade de familiares no espaço cemiterial é algo que não conseguimos ver, pelo menos no caso de Vilar de Frades, nos Livros de Óbitos. No entanto, podemos encontrá-la nalguns testamentos. Por exemplo, Branca de Paz Gaio, tia da mulher de Amaro Pimenta, determinou que queria ser sepultada com o seu marido, Gaspar Pereira, com a condição de que se o seu corpo ainda não estivesse “gastuo”, deveriam sepultá-la juntamente com os seus sogros³⁰. Estes, Madalena Fernandes e Heitor Gonçalves, pais de Gaspar Pereira, deixaram em testamento que queriam ser enterrados na sepultura de Baltazar Rodrigues e Isabel Fernandes, os pais de Heitor Gonçalves³¹. Um outro exemplo, extraído da documentação de Vilar de Frades mas dizendo respeito à paróquia de Martim, é o do testamento de Madalena Rodrigues. Esta declarava que, caso morresse antes do marido, Pero Ferreira, queria ser sepultada com o primeiro marido, António Afonso³². Razões sentimentais e económicas podiam, portanto, condicionar a escolha do local de sepultura e o caso de Madalena Rodrigues deverá prender-se com o facto de não ter que pagar nova sepultura. Esta razão económica, não descartando outras de cariz espiritual ou afectivo, terá sido, também, responsável pelo facto de, por vezes, encontrarmos servos e escravos sepultados nos túmulos dos senhores, como veremos mais adiante.

Dissemos, anteriormente, *potenciar a garantia*. Na verdade, nem sempre isto seria viável, pois a reutilização de uma sepultura deveria estar sujeita a regras e períodos de tempo mínimos para os quais, ainda que não tenhamos encontrado testemunhos na legislação canónica, parece haver evidência na testamentária. Quando D. Branca de Paz elege a sepultura de seus sogros como alternativa à do esposo caso o seu corpo não estivesse ainda “gastuo”, não se tratará, muito provavelmente, de uma preocupação higiénica pessoal. De facto, nalguns testamentos medievais

30 A.D.B., F.M.C., L. 14, fl. 214.

31 A.D.B., F.M.C., L. 14, fl. 510.

32 A.D.B., F.M.C., L. 14, fl. 304.

encontramos testemunhos da provável existência de um *período de nojo*, de pelo menos um ano, durante o qual os restos mortais não deveriam ser tocados³³.

Situação distinta, ainda que também interessante, é a de Diogo de Vilas-Boas e Caminha, já que este tinha direito a sepultura na sua capela. A pedra tumular deverá ter sido erigida após a morte do seu pai, Baltazar de Vilas-Boas Caminha. Ainda que não conheçamos a sua data de falecimento, não seria lógico que Diogo de Vilas-Boas e Caminha tivesse mandado colocar uma tampa de sepultura com o seu próprio nome enquanto o seu pai era vivo, dado que seria este o detentor dos direitos sobre a capela da família. Nesse sentido, podemos presumir que Baltazar de Vilas-Boas Caminha terá falecido antes de 1645 e que a pedra sepulcral de Vilar de Frades é quase uma consagração da subida de Diogo de Vilas-Boas e Caminha a chefe da Casa de Airó.

Chegados a este ponto, é importante considerar um outro aspecto relacionado com o estudo dos epitáfios, ainda que o nosso termo de comparação tenha que recair sobre espécies de outros períodos. Referimo-nos aos encomendadores. No seu estudo sobre a Epigrafia Medieval Portuguesa, Mário Barroca (2000, I: pp. 86-87) aborda este assunto identificando alguns epitáfios acerca dos quais se podem inferir os responsáveis pela encomenda. Nestes casos³⁴, a identificação do encomendante é baseada na análise do elemento cronológico. Assim, Barroca refere três situações distintas. Num caso, a área onde deveria estar a data nunca foi gravada (BARROCA 2000, II-1: n° 237)³⁵. Noutros, o ano (era) foi apenas gravado parcialmente, não tendo sido nunca terminado (BARROCA 2000, II-1: n° 357; II-2: n° 634, 711 e 712). Finalmente, encontram-se os casos em que a data foi gravada ou completada em momento distinto daquele de produção da restante epígrafe, preenchendo os espaços inicialmente deixados em branco de forma a que fosse apresentada uma data de falecimento correcta (BARROCA 2000, II-1: n° 189 e 200; II-2: n° 629, 633, 639 e 664).

A principal semelhança entre estes casos e os de Vilar de Frades encontra-se no facto de todos estes epitáfios terem sido mandados gravar antes da morte das pessoas aí nomeadas. Não temos grande hesitação em dizer que a encomenda das tampas de sepultura de Vilar de Frades terá sido feita por Diogo de Vilas-Boas e Caminha, Manuel Lopes Loureiro e Amaro Pimenta. No entanto, o caso de Vilar de Frades é diferente daqueles dado que, se nas epígrafes medievais parece haver sempre a intenção de que a data correcta de morte seja gravada, quer se trate apenas do ano ou da data completa, nos casos aqui trabalhados, de Período Moderno, o elemento cronológico foi gravado ao mesmo tempo que o demais texto. Assim, as datas das epígrafes de Vilar de Frades têm uma função distinta daquelas de Época Medieval. Uma vez mais, não é a data de morte que interessa a quem encomendou cada uma destas três pedras sepulcrais.

No presente estágio dos nossos conhecimentos sobre este tema, devemos, contudo, ter cuidado e não generalizar ou transformar estes exemplos numa regra, pelo menos naquilo que ao formulário e suas eventuais implicações semânticas diz respeito. Primeiro que tudo, estamos conscientes de que a nossa amostra é demasiado pequena e apresenta uma diacronia muito larga. Em segundo lugar, epitáfios começados com a expressão “Sepultura de” são muito frequentes³⁶, tornando impossível a sua análise total num estudo restrito como este. Finalmente, no que diz respeito à data gravada, sabemos que no conjunto dos epitáfios medievais portugueses mais de 27% apresentam apenas o ano (v. nota 20, acima).

³³ A este respeito veja-se, entre outros, os exemplos de testamentos apontados por Isabel Castro Pina (1996: pp. 128-129 e pp. 161-162) com referências às condições a ser cumpridas se houvesse necessidade de proceder a trasladações.

³⁴ Ainda que Mário Barroca inclua inicialmente o caso de D. Martinho de Pombeiro neste grupo (BARROCA 2000, I: p. 86), termina por levantar algumas dúvidas sobre a identificação deste personagem, razão pela qual não o apresentamos aqui (BARROCA 2000, II: n° 83).

³⁵ Também na Sé de Silves existe pelo menos um epitáfio no qual a indicação do elemento cronológico se encontra incompleto (AVELLAR e CÔRTE-REAL 2005: p. 96).

³⁶ Em Santa Clara-a-Nova de Coimbra é esta a expressão mais utilizada nos formulários de sepulturas dos séculos XVII-XVIII, ainda que nenhum corresponda a situação semelhante à aqui estudada (AVELLAR 2003: p. 61). Já na Sé de Silves, contabilizámos 11 casos em 38 dos estudados por Filipa Avellar e Miguel Côte-Real (2005).

3.3. A razão por trás da data

Se a nossa análise é correcta e este tipo de epitáfios procura institucionalizar a propriedade sobre a sepultura, ela não explica imediatamente a erecção do panteão familiar num momento tão afastado da morte do *pater familias*. De facto, não deixa de ser estranha a aquisição de direitos sobre uma sepultura tão cedo, principalmente numa época em que as preocupações individuais com os assuntos da morte parecem ser adiadas até um momento no qual já não seja possível esquecer que ela pode chegar. Podemos ver isto, por exemplo, nos testamentos, feitos usualmente quando o testador estava doente ou tinha razões para temer a súbita chegada da morte (VILAR 1995: pp. 80-81; VILAR 1996: 166 e PINA 1996: pp. 125-126).

Uma explicação pragmática e simples para estes casos, e, na verdade, a mais correcta até à identificação de provas contrárias, residirá sempre no facto de, naquele momento particular, aquela pessoa ter querido e podido adquirir os direitos de sepultura ou, tão só, mandado gravar a lápide. Por outro lado, é possível que na vida de cada um destes indivíduos possa ter-se dado algum acontecimento que despoletou a necessidade/vontade de erigir o seu panteão familiar.

Procurar uma razão específica para uma data particular é difícil e, para já, poderemos trabalhar apenas ao nível das hipóteses. A documentação de Vilar de Frades não é tão extensiva que nos permita aprofundar muito a história de cada uma destas famílias. No entanto, sabemos que em dois casos, o de Amaro Pimenta e o de Manuel Lopes Loureiro, houve pessoas das suas casas que morreram no ano exacto ou no final do ano anterior ao que é apresentado na inscrição. Já no que diz respeito a Diogo de Vilas-Boas e Caminha, estamos em crer que a causa para a colocação da pedra sepulcral se prende directamente com o processo de obras de reformulação da igreja levadas a cabo pelos Lóios durante o Séc. XVII. Nos três casos podemos sentir, ainda que sem certeza absoluta, que, de facto, alguns acontecimentos podem constituir-se como motores responsáveis pela instituição ou perpetuação pela escrita do panteão familiar. Vejamos cada um destes casos em particular.

Desde que os Lóios entraram em Vilar de Frades, em 1425, até à extinção da congregação, em 1834, poucos terão sido os anos em que não se procederam a obras mais ou menos profundas no mosteiro³⁷. O templo seiscentista, iniciado sob o patrocínio de D. Diogo de Sousa e da sua família, nunca foi realmente terminado e o corpo da igreja, assim como a sua abóbada, apenas foram concluídos em meados do Séc. XVII. Segundo Joaquim Alves Vinhas (1998: pp. 147-154), as obras de reconstrução do corpo da igreja terão terminado em 1641 e as capelas laterais estariam finalizadas apenas em 1658.

Em 1663, os Cónegos de S. João Evangelista e Diogo de Vilas-Boas e Caminha chegam, finalmente, a acordo sobre uma demanda que traziam há vários anos e para a qual já haviam sido dadas três sentenças distintas. Nesse acordo é dito que:

“(…) diogo de villas Boas Caminha hera administrador da Capella que jnstituhio Jsabel annes de villas boas sua thia que esta situada em (...) este ditto Convento [de Vilar de Frades] da banda da Epistolla que he a penúltima que esta da ditto banda e nella esta huma sepultura com hum letrejro que dis sepultura de diogo de villas boas Caminha coarto administrador da ditto Capella e cobre os guastos della e da abobada e grades ornamentos esmollas das missas Resadas e Cantadas e cobre por nella suas armas (...)”³⁸

³⁷ Vejam-se, sobre este tema, os trabalhos de Rui Maurício (2000), em particular para as obras levadas a cabo entre os séculos XV e XVI, e de Joaquim Alves Vinhas (1998), principalmente para as obras dos séculos XVI a XIX. Ainda para o período correspondente à segunda metade do Séc. XV consulte-se o nosso estudo anterior sobre Vilar de Frades (FAURE 2012: pp. 36-47).

³⁸ A.D.B., F.M.C., L. 19, fl. 1v.

Diogo de Vilas-Boas e Caminha estava, portanto, incumbido de pagar, além dos tradicionais encargos relacionados com os ofícios divinos, os gastos das obras na zona da sua capela (abóbada, grades e ornamentos), assim como com a colocação da sua pedra de armas. A pedra tumular de Diogo de Vilas-Boas enquadra-se neste período de reforma do convento durante o qual o Senhor da Casa de Airó desejou deixar claramente o seu cunho pessoal, quer pela colocação de uma sepultura com “letreiro”, quer pela colocação de uma pedra com as suas armas. A tampa de sepultura de Diogo de Vilas-Boas e Caminha poderá ser encarada, portanto, mais do que como uma simples tampa de sepultura, como uma forma de afirmação pessoal. Ao ser obrigado a cobrir os gastos com as obras, terá decidido colocar, também, uma inscrição que perpetuasse o seu nome.

Atentemos, agora, no caso de Manuel Lopes Loureiro. Em 3 de Agosto de 1762 faleceu Manuel José, seu filho. Trata-se do ano gravado na tampa de sepultura. Ainda que Manuel José tenha sido sepultado na igreja paroquial de Santa Maria de Moure, onde se localizava a Casa de Agrodel, não podemos deixar de encontrar uma coincidência nestas datas. Esta situação parece ter um paralelo na de António Reimão (de Santa Eulália, Fafe), já acima descrita, onde a data patente na tampa de sepultura corresponde à data de morte da sua filha Isabelinha. É possível, portanto, que pouco antes da morte, pressentindo a partida do seu filho, ou já depois desta, Manuel Lopes Loureiro tenha decidido fundar um panteão familiar em Vilar de Frades. Não é, contudo, possível compreender, pelo menos para já, a razão pela qual nenhum dos membros desta família acabou por ser ali sepultado.

No caso de Amaro Pimenta, ainda que não tenhamos conseguido encontrar o registo de morte de nenhum dos membros da sua família por volta de 1639, sabemos que a sua escrava Cristina faleceu a 13 de Novembro de 1638. Poderia a sepultura ter sido erigida devido à morte da escrava? Acreditamos que, entre outras, esta seja uma das explicações possíveis e que o falecimento de Cristina tenha despertado Amaro Pimenta para a necessidade de criar a sepultura, quer porque o tenha feito recordar da própria morte, quer porque aí tenha mesmo enterrado a escrava.

Sabemos que as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga permitiam que os escravos fossem sepultados dentro das igrejas. Aliás, o parágrafo dedicado aos escravos é o mesmo que trata dos menores de idade e obriga pais, senhores e tutores a prover ao funeral daqueles que estavam a seu cargo³⁹. Em Guimarães, como foi demonstrado por Norberta Amorim (1982: pp. 23-25), ainda que o claustro de Santa Maria da Oliveira fosse a área destinada a enterrar os pobres, poucos escravos ali terão sido sepultados. Quando servos e escravos morriam, o seu senhor encarregava-se do seu funeral e não eram, por norma, enterrados na área dos pobres. É, por isso, interessante olhar para o seguinte registo de Santa Maria da Oliveira de Guimarães:

“Aos honze dias do mez de Agosto do anno de mil sete centos trinta e seis faleceu com todos os Sacramentos Manoel Mulato escravo de Dona Josepha de Mello viuva moradora no Terreiro das Freiras desta freguezia foi sepultado na Igreja da Misericordia desta villa no jasigo da casa da dita Dona Josepha e por verdade fiz este assento era ut supra.”⁴⁰

Não é inadmissível que Amaro Pimenta fizesse o mesmo com a sua escrava Cristina. Devemos

39 Constituições Synodales do Arcebispado de Braga, Tit. 20, Const. IV. V: “E os varoens menores de quatorze annos, & as femeas menores de doze sejaõ livres, ou escravos, que não podem conforme a Direito eleger sepultura, serãõ enterrados na sepultura de seus antepassados, ou aonde seus pays, senhores, ou tutores ordenãrem. E havndo costume em qualquer Igreja deste nosso Arcebispado, que os menores, & escravos se enterrem nas Igrejas Parochiaes, sem os pays, & senhores poderem escolher sepultura, no dito caso esse se guarde, como ordenãõ os sagrados Canones.” Situação similar é apresentada por Ana Cristina Araújo (1997: p. 364) para a Diocese de Lisboa.

40 A.M.A.P., P-395, fl. 192v.

recordar que Vilar de Frades está localizado numa área rural do Norte de Portugal, longe das comunidades de outras regiões com forte tradição escravagista. Nalguns casos, os escravos seriam olhados de forma muito próxima à dos demais servos da casa⁴¹. A título de exemplo, recordemos que D. Teresa de Mendonça, uma das sobrinhas de D. Diogo de Sousa responsáveis por subsidiar a construção de Vilar de Frades, deixa em testamento bens para os seus escravos (conf. MAURÍCIO 2000, II: Doc. 40, pp. 255-275).

Se Amaro Pimenta não tivesse outra razão, poderia tê-lo feito apenas para evitar pagar pela sepultura individual da sua escrava, aproveitando a oportunidade para a enterrar em local onde pretendia fundar o seu panteão familiar. Para já, contudo, não será possível ir além da hipótese.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi previamente demonstrado (Faure 2012: p. 191), a distribuição dos enterramentos em Vilar de Frades durante a Época Moderna é diferente da de outras paróquias, nas quais a tendência para enterrar dentro da igreja parece predominar. No nosso caso, ainda que apresentando limitações de espaço, parecem ser o claustro e o adro os locais preferidos como cemitério, tendo a igreja sido ocupada por um número muito restrito de pessoas. Podemos ver, por exemplo, que nos Livros de Óbitos por nós estudados, apenas se refere uma criança sepultada no interior da igreja. Uma segunda diferença encontra-se no facto de não possuímos registo de enterramentos dentro da igreja a partir de 1777. Noutras paróquias, contudo, as sepulturas dentro da igreja persistem, por vezes mesmo por largos períodos de tempo, após a legislação de 1834.

Ainda que possuindo uma larga área útil de enterramento na nave da igreja, alguns dos que escolheram ser ali enterrados sentiram a necessidade de perpetuar pela escrita os seus panteões familiares. Diogo de Vilas-Boas e Caminha não necessitava fazê-lo, já que era o herdeiro da capela familiar no mosteiro. Mas teve necessidade de expressar que era ele, não os seus antecessores na Casa de Airó e na Capela de Vilar de Frades, o responsável pela colocação da lápide sepulcral. Ainda que alguns dos seus antecessores ali tivessem sido sepultados, procurou deixar a sua própria marca. A esposa de Amaro Pimenta tinha familiares, assim como o seu primeiro marido, sepultados dentro da igreja. Ao instituir o seu panteão familiar, Amaro Pimenta parece conseguir demarcar-se da influência da família de Maria Gaio de Sá. Sobre Manuel Lopes Loureiro, temos tão poucos dados que não conseguimos encontrar uma relação directa com o mosteiro e poderá ter sido a fama desta instituição que o levou a fundar, aí, uma sepultura familiar.

Possuindo tão pouca informação sobre algumas destas pessoas, não podemos ir muito mais além das hipóteses apresentadas. Porque a nossa amostra é pequena, estas hipóteses necessitam obrigatoriamente de ser testadas noutros lugares e com outras epígrafes. As datas concretas presentes nos epitáfios estudados possuem uma importância muito relativa para além da *petite histoire* de cada uma destas famílias. De importância maior é, todavia, o facto de, por vezes, o homem moderno preparar o seu local de sepultura com mais antecipação do que aquela que frequentemente cremos e de, nalguns casos, esta sepultura receber uma inscrição que, sugerimos, serve de *titulus proprietatis*. Neste sentido, desde um ponto de vista epistemológico, o reconhecimento da existência deste tipo de epitáfios é fundamental. Ele desperta-nos para uma análise heurística mais correcta das epígrafes, preparando-nos para um estudo crítico mais atento

41 Para um período mais recente, João de Pina Cabral (1991: p. 169) informa sobre o caso de uma família que faz enterrar a criada no seu túmulo. Salvaguardamos, contudo, a distinção que existe entre o caso dos escravos, privados da dignidade da liberdade, e a dos criados ou servos.

do elemento cronológico e permitindo, eventualmente, chegar a conclusões sobre as razões que levaram à instituição daquela sepultura.

FONTES

Arquivo Distrital de Braga (=A.D.B.)

Fundo Monástico-conventual (=F.M.C.)

L. 19.

L. 24. Livro de Documentos Diversos; Certidões; Obrigações de Missas.

L. 27. *Inventario Geral dos espolios dos Conegos que falecem neste Contº de Villar de Frades, feito no anno de 1733.*

Registos Paroquiais de Barcelos (=R.PB.)

Areias de Vilar (=A.V.), nº 114.

Areias de Vilar (=A.V.), nº 116.

Areias de Vilar (=A.V.), nº 122.

Areias de Vilar (= A.V.), nº 854.

São Jorge de Airó (=S.J.A.), nº 36.

São Jorge de Airó (=S.J.A.), nº 37.

Santa Maria Maior de Barcelos (=S.M.M.B.), nº 190.

Santa Maria de Moure (=S.M.M.), nº 527.

São Miguel de Roriz (=S.M.R.), nº 648.

São Pedro do Monte de Fralães (=S.PM.F.), nº 521.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (=A.M.A.P.)

Fundo Paroquial (= F.P). P. 395.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Santo (s.d.). *De Cura pro Mortuis Gerenda (La piedad con los difuntos)*. Versión, introducción y notas de Teodoro C. Madrid. In *Obras completas de San Agustín*. Edición bilingue promovida por la Fundación Agustiniana Española (F.A.E.). Vol. XL. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, pp. 415-475.

AMORIM, Norberta Bettencourt (1982), *Os Homens e a Morte na Freguesia da Oliveira em Guimarães através dos Registos de Óbitos (Séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, Edição do Autor.

ARAÚJO, Ana Cristina (1991). Morte, memória e piedade barroca, in COELHO, António Matias (Dir. de), *Atitudes perante a Morte*, Coimbra, Livraria Minerva, pp. 47 – 91.

ARAÚJO, Ana Cristina (1997), *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias.

ARIÈS, Philippe (s.d.), *O Homem perante a Morte*, 2 vols., Mem-Martins, Publicações Europa-América.

ARIÈS, Philippe (1989), *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema.

AVELLAR, Filipa Gomes do (2003), As inscrições funerárias do coro-baixo (1629-1744), *Monumentos*, 18 (Março 2003), Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 49-63.

- AVELLAR, Filipa Gomes do (2003a), Epigrafia e iconografia na Igreja de Santa Maria Maior do Funchal, *Monumentos*, 19 (Setembro 2003), Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 73-83.
- AVELLAR, Filipa Gomes do e CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz (2005). As inscrições funerárias da Sé. Estudo epigráfico e biográfico dos sepultados, *Monumentos*, 23 (Setembro 2003), Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 78-99.
- BARROCA, Mário Jorge (1987), *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- BASTOS, Maria do Rosário (1996), Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII e XVI, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 109-124.
- CALDAS, António José Ferreira (1986), *Guimarães, Apontamentos para a sua história*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento.
- CARVALHO, Elsa Maria Domingues da Costa (2002), A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII a XV), *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 13-14 (2001-2002), Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, pp. 15-40.
- CATROGA, Fernando (1991), Revolução e secularização dos cemitérios em Portugal (Inumistas e Cremacionistas), in COELHO, António Matias (Dir. de), *Atitudes Perante a Morte*, Coimbra, Livraria Minerva, pp. 95-173.
- Constituições Synodaes do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639. Pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha. E mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo, & Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Magestade, & seu Sumilher da Cortina, &c.*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.
- COSTA, Pe. Avelino de Jesus da Costa (1997), *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2ª ed. refundida e ampliada, 2 vols., Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra (1992). *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, 2 vols., Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto.
- FAURE, Francisco Guilherme Cunha Líbano Monteiro (2012), *Casa de Deus e de Homens. Uma leitura arqueológica do convento de S. Salvador de Vilar de Frades*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- FONSECA, Teotónio da (1987 [1948]), *O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, Reprodução facsimilada da edição de 1948, 2 vol.s., Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos.
- Grupo de Investigação em História das Populações do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, da Universidade do Minho (CITCEM-GHP). <http://www.ghp.ics.uminho.pt/genealogias.html>. [consultado em 31 de Janeiro de 2018].
- LAÇO, Teresa Isabel Sabino e BERNARDO, Rita de Palhares Falcão Martins (1999), *Convento de Vilar de Frades. Intervenção arqueológica. 1998. Relatório*, Relatório apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico.

- LOPES, Lídia Maria dos Santos (2000), *Convento de Vilar de Frades (Barcelos)*. Relatório. Intervenção Arqueológica 1999. Relatório de Trabalhos Arqueológicos apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico.
- MARQUES, João Francisco (2000), Rituais e manifestações de culto, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir. de), *História Religiosa de Portugal*, Vol. II – Humanismo e Reformas, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, S. A., pp. 517-601.
- MARTÍN LÓPEZ, Maria Encarnación y GARCÍA LOBO, Vicente (2009), La epigrafía medieval en España. Por una tipología de las inscripciones, in GALENDE DÍAZ, J. C. e SANTIAGO FERNÁNDEZ, J. de (Dir. de), *VIII Jornadas Científicas sobre Documentación de la Hispania altomedieval*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- MATOS, Sebastião (2001), *Areias de Vilar e o Seu Património*, Areias de Vilar – Barcelos, Edição do Autor.
- MATTOSO, José (1996a), Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI), in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 55-74.
- MATTOSO, José (1996b), O culto dos mortos no fim do século XI, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa Edições João Sá da Costa, pp. 75-85.
- MATTOSO, José (1996c), O culto dos mortos em Cister no tempo de S. Bernardo), in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 87-107.
- MAURÍCIO, Rui (2000), *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505 – 1532)*. *Urbanismo e Arquitectura*, Leiria, Magno Edições.
- NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da (1977), *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga (Heráldica)*, Braga, Junta Distrital de Braga.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá (2005), Epigrafia moderna e contemporânea. Séculos XVI a XIX, in ARNAUD, José Morais e FERNANDES, Carla Varela (Coord. de), *Construindo a Memória*. *As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, AAP, pp.408-425.
- PINA, Isabel Castro (1996), Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 125-164.
- CABRAL, João de Pina (1991), *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- CABRAL, João de Pina e FEIJÓ, Rui G. (1985), Um conflito de atitudes perante a morte: a questão dos cemitérios no Portugal Contemporâneo, in FEIJÓ, Rui G., MARTINS, Hermínio e CABRAL, João de Pina (Dir. de), *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações sociológicas, literárias e históricas*, Lisboa, Querco, pp. 175-208.
- RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães (1998), *O Convento de S. Francisco de Santarém. História e arqueologia de um monumento*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães (2001). “Memórias Sepulcrais” do Convento de S. Francisco de Santarém, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4. nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 145-185.
- SANTA MARIA, Fr. Francisco de (1697). *O Céu Aberto na Terra. História das Sagradas Congregações dos Cônegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza e de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa.

- TAVARES, Bruno Manuel Perpétuo (2001), *Igreja e Convento de Vilar de Frades: estudo antropológico dos restos humanos exumados em 1998 e 1999*, Relatório final de estágio em investigação em Antropologia Biológica sob orientação da Doutora Eugénia Cunha apresentado ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas (2008), *Espiritualidade e disposições perante a morte em Santa Maria da Feira: Capelas, legados e bens d'alma na matriz de S. Nicolau durante o Antigo Regime, Via Spiritus*, 15, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, pp. 195-248.
- TORRES, Ruy d'Abreu (1990), Enterramentos, in SERRÃO, Joel (Dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 403-403.
- TRIGUEIROS, s. j., António Júlio Limpo; FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de (1998), *Barcelos Histórico, Monumental e Artístico*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (1995). *A Vivência da Morte no Portugal Medieval. A Extremadura Portuguesa (1300-1500)*, Redondo, Patrimonia.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (1996), Rituais de morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém), in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 165-176.
- VINHAS, Joaquim Alves (1998), *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades. Das origens da congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios) à extinção do convento*, Barcelos, Junta de Freguesia de Areias de Vilar.
- VIVES, José (1963), *Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos*, Barcelona-Madrid, CSIC-Instituto Enrique Florez.
- XAVIER, Pedro do Amaral (1991), *Imagens da morte na arte (dos finais da Idade Média ao Barroco)*, in COELHO, António Matias (Coord.), *Atitudes Perante a Morte*, Coimbra, Livraria Minerva, pp. 13-46.

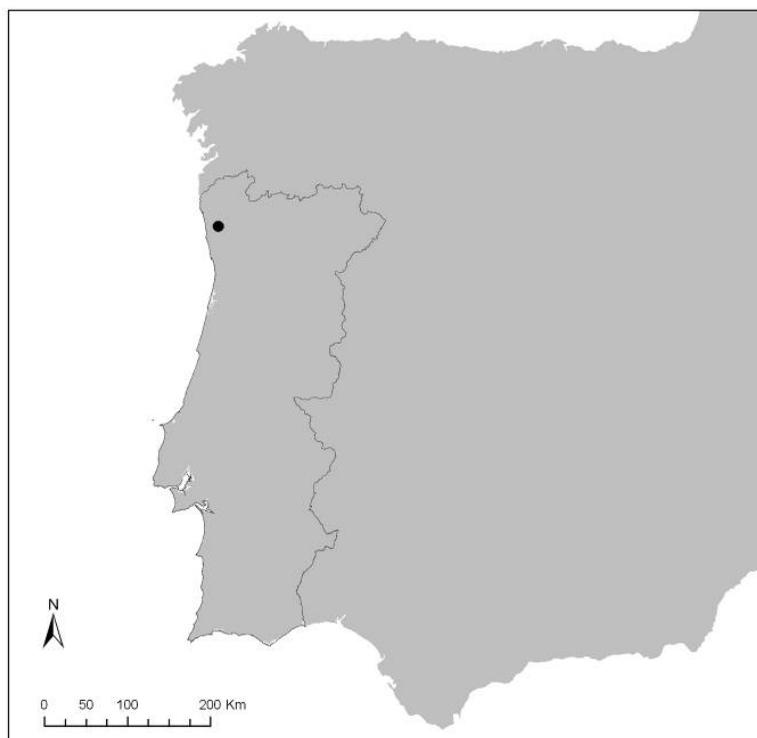


Fig. 1. Localização do Mosteiro de Vilar de Frades (Barcelos)

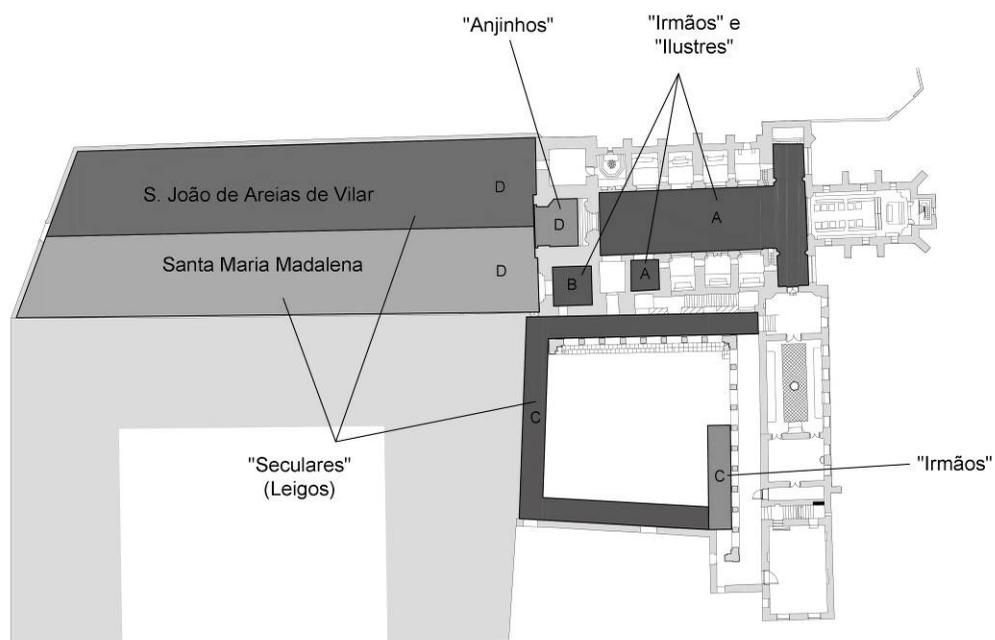


Fig. 2. Zonas de enterramento no Mosteiro de Vilar de Frades durante a Época Moderna.

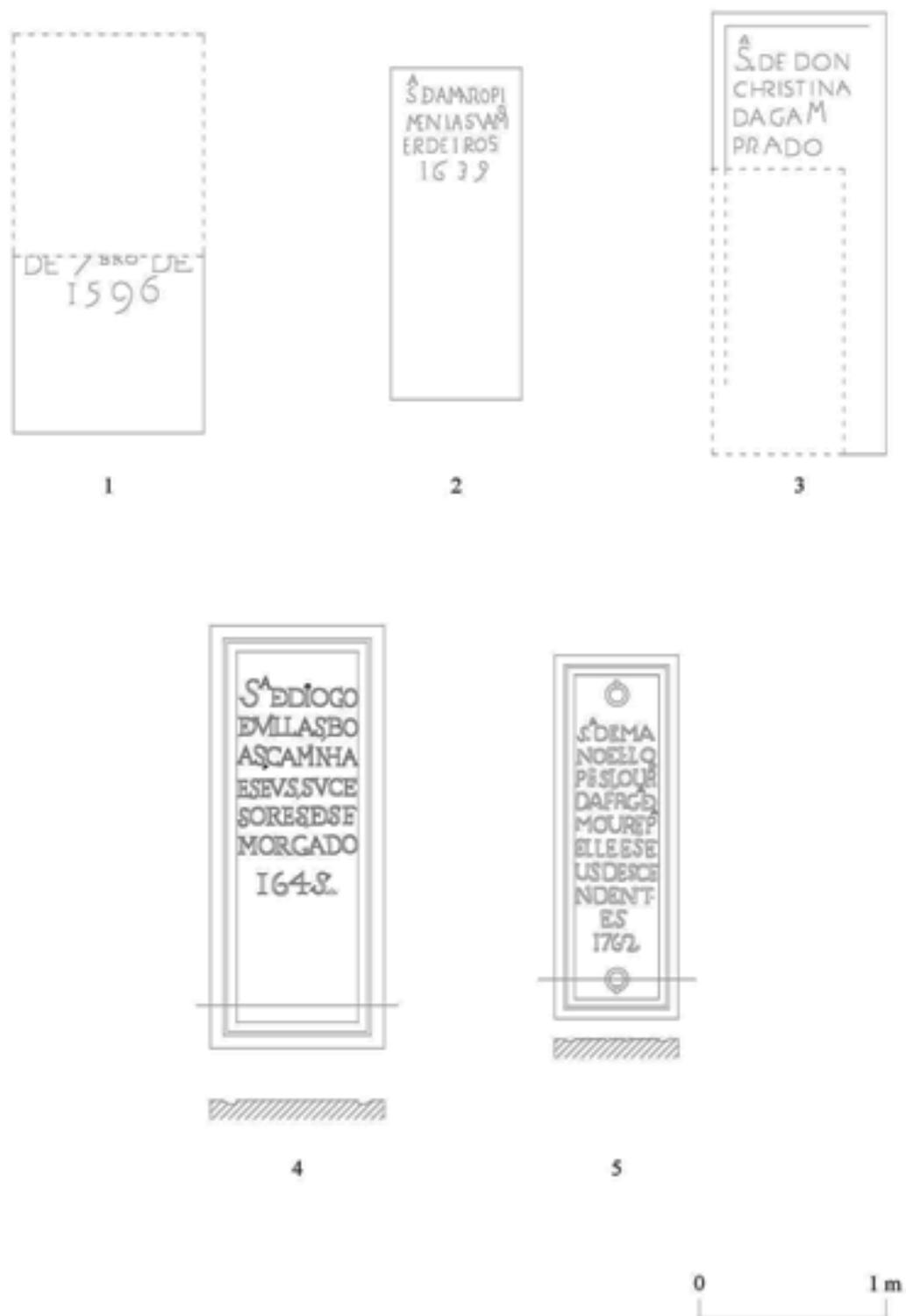


Fig. 3. Tampas de sepultura de interior da igreja



Fig. 4. Tampa da sepultura de D. Francisco de Santa Maria.



Fig. 5. Tampa da sepultura de Amaro Pimenta.

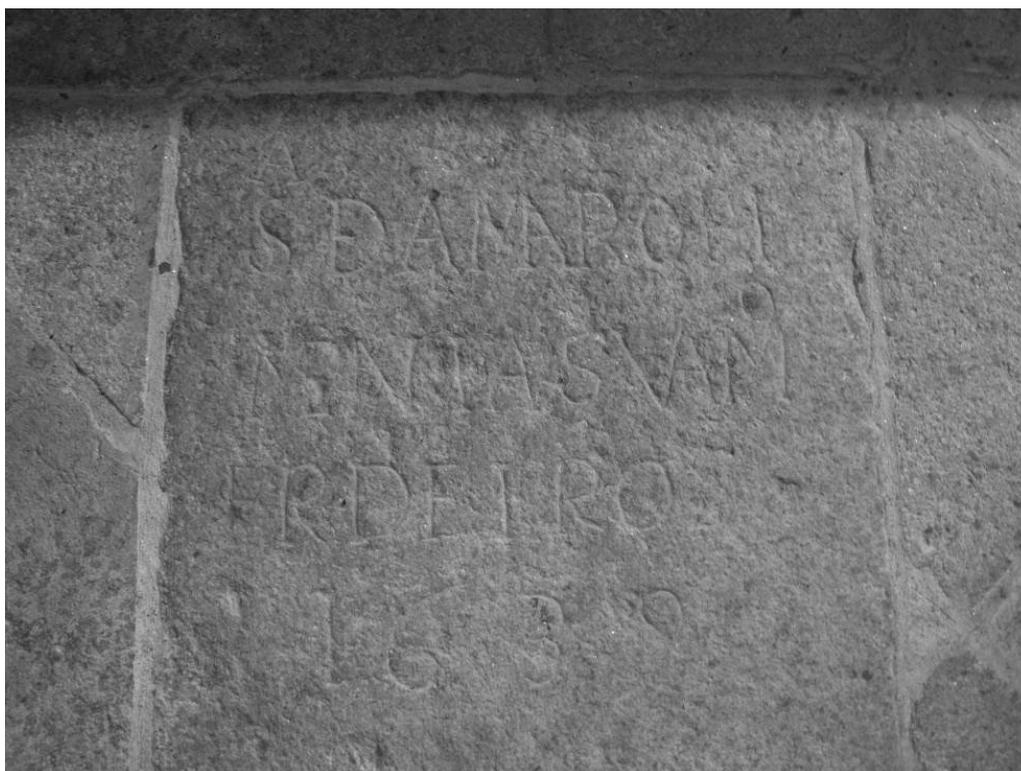


Fig. 6. Pormenor da inscrição na sepultura de Amaro Pimenta.



Fig. 7. Tampa da sepultura de D.^a Cristina da Gama Prado



Fig. 8. Tampa da sepultura de Diogo de Villas Boas Caminha.

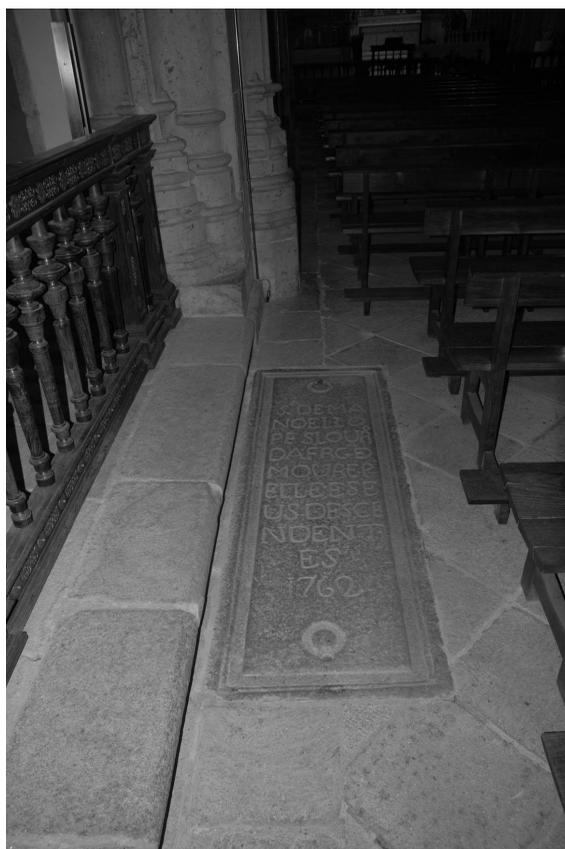


Fig. 9. Tampa da sepultura de Manuel Lopes Loureiro. SUMÁRIO